

DA IDADE MÉDIA A IDADE MODERNA: UM PANORAMA GERAL DA HISTÓRIA SOCIAL E DA EDUCAÇÃO DA CRIANÇA

Beatriz de Moraes Salles FORMIGONI*

RESUMO: Este trabalho terá como tema a história social e a educação da criança nos períodos da Idade Média e da Idade Moderna. Em seus capítulos serão abordados os principais aspectos do desenvolvimento educacional nesses períodos, a vida escolar, o processo de nascimento dos colégios, o surgimento das classes escolares e sua composição, o avanço da disciplina nessas instituições, o papel da família na individualização infantil e a escola nos processos de formação e duração da infância. Tendo em vista a Modernidade como uma fase inconclusa de ruptura com os costumes e valores medievais, porém caracterizada também pela antinomia entre os novos ideais de liberdade e um governo dominador, o objetivo principal deste trabalho é apresentar as consequências dessas transformações sobre a educação, em particular na educação da infância. Para tanto, serão apontados os argumentos centrais de autores como Franco Cambi (1999), Jacques Gélis (1994) e Philippe Áries (2005), os quais se dedicaram ao estudo desses assuntos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Educação da infância. Idade Média. Idade Moderna. História social da criança.

* Graduanda em Pedagogia. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Graduação em Pedagogia. Araraquara – SP – Brasil. 14.800-901 – biaformigoni@gmail.com

IDADE MÉDIA E EDUCAÇÃO: CAMINHANDO PARA A MODERNIDADE

Segundo o Ariès (2005), durante a Idade Média ocorria a participação coletiva de alunos de diferentes idades durante as aulas, isto é, crianças, jovens e adultos recebiam, todos juntos, os mesmos conteúdos ensinados pelo mestre, sendo estes repetitivos, já que não havia currículos.

Além disso, o autor argumenta sobre a indiferença quanto à idade dos alunos, revelando a inexistência da própria idéia de idade, que despertará somente no final desse período.

Philippe Ariès (2005) explica que os colégios do século XIII não eram instituições nas quais se ensinavam aos alunos; fundados por meio de doações, funcionavam apenas como moradia aos estudantes pobres bolsistas. No século XV esses colégios passam a ser institutos de ensino, nos quais grande número de pessoas, não apenas os bolsistas, irão receber ensinamento e serão postas a uma hierarquia autoritária.

Os colégios funcionavam por meio de regras como a disciplina, a vigilância e o controle dos alunos, as quais proporcionaram a evolução da escola simples da Idade Média para a complexidade da escola moderna.

Essa evolução dos colégios, considerando que indivíduos de diferentes idades tem necessidades e capacidades específicas, em particular as crianças e suas particularidades, proporcionou a separação, primeiramente dos menores, depois dos maiores, porém somente no âmbito escolar, já que na sociedade a separação das idades ainda não existia.

Na Idade Média, de acordo com Cambi (1999, p.176), a educação antes de mais nada tinha como centro a família, podendo ser ela patriarcal ou mesmo nuclear, aberta a sociedade, que pouco difere da família moderna e burguesa.

[...] a família medieval é um organismo pouco estruturado, em estreita contiguidade e continuidade com toda a vida social, na

qual os problemas educativos também tem escassa estruturação e pouca centralidade: a família cria os filhos, destina-os a um papel na sociedade, controla-os de modo autoritário, mas não os reveste de cuidados e de projetos, não os põe no centro da vida familiar, entrelaçando-os num tecido educativo minucioso e orgânico (como ocorrerá na família burguesa moderna).

Na sociedade medieval, a criança representa um papel social mínimo, chegando a ser consideradas ao nível dos animais, pois a mortalidade infantil era elevada e isso desfavorecia a relação de afeto entre crianças e adultos. No entanto, em seus aspectos físicos e psicológicos, a criança era vista de outra maneira, como “pequenos homens” (CAMBI, 1999, p.176) ou adultos em miniatura, na sua vestimenta e na participação da vida social. De acordo com Cambi (1999), até os brinquedos infantis são iguais aos dos adultos e isso só se modificará na Época Moderna.

IDADE MODERNA E EDUCAÇÃO

A Modernidade é um período histórico inconcluso iniciado no final do século XV, marcado pelo seu caráter revolucionário em relação a costumes, princípios, valores, de ordens econômica, política, social e cultural vigentes no momento anterior, a Idade Média.

Com a Modernidade, ocorre a ruptura com a sociedade de ordens, que barrava as liberdades individuais; a laicização política, econômica e cultural, proporcionando a formação dos Estados Nacionais, a abertura do comércio, a valorização da autonomia e da capacidade humana (antropocentrismo); as descobertas geográficas; o desenvolvimento das cidades; o surgimento de uma nova classe, a burguesia; e, como consequência, promove uma revolução na pedagogia e na educação.

Guiado por novos modelos e valores sociais, o homem necessitará de uma formação renovada, a qual vise à racionalidade e o estado mundano do homem, ou seja, uma educação voltada para a formação do indivíduo socialmente ativo, livre de princípios anti-

gos e religiosos, uma educação ciente dos diversos níveis de desenvolvimento físico, moral e social do ser humano.

Uma complexa antinomia, porém, perpassa a Modernidade: os ideais de liberdade em relação a valores medievais fechados se chocam com o domínio de um governo que visa moldar a sociedade segundo um padrão de comportamento. A busca pela autonomia se contrapõe ao ideal de conformação pelo qual se impõe o controle social.

A sociedade moderna constitui-se por processos de civilização, racionalização, institucionalização, os quais exercem ação sobre os indivíduos por meio de costumes, etiquetas, cálculos que visem o lucro, enfim são processos que normalizam e dominam a sociedade.

Tendo o Estado como uma instituição central, este criará outras instituições como escolas, asilos, hospitais, família idealizada, prisões, por meio das quais se estabelecerão a ordem, a disciplina, os comportamentos objetivados e o controle social se estenderá.

O centro motor de todo este complexo projeto de pedagogização da sociedade, de reorganização e de controle, de produção de comportamentos integrados aos fins globais da vida social é o Estado: o Estado moderno, entendido como poder exercido por um centro, segundo um modelo de eficiência racional e produtiva, em aberto contraste com o exercício de outros poderes (eclesiástico, aristocrático) e com a sobrevivência da desordem dos marginalizados (pobres, criminosos etc.). O pêndulo desse centro é o rei, figura burocrática, mas ainda sacralizada, que exerce uma indiscutível hegemonia, funcional para o crescimento de um Estado absoluto e centralizado. (CAMBI, 1999, p. 201).

Em particular temos a escola e a família como instituições fundamentais encarregadas em formar e cuidar dos indivíduos, não apenas de seu crescimento evolutivo e de sua instrução formal, como também de sua formação pessoal e social, em especial durante a infância e a adolescência.

Durante o período medieval, a família e a escola apresentavam diferenças significativas comparadas a Idade Moderna:

[...] a família era mais ampla e dispersa, composta de muitos núcleos, dirigida pelo pai (herdeiro do *pater familias* latino) e submetida à sua autoridade, organizada como uma microempresa, mais como um núcleo econômico do que como um centro de afetos e de investimento social sobre as jovens gerações; a escola era sobretudo religiosa, ligada aos mosteiros e às catedrais, não organicamente definida na sua estrutura, nas suas regras e na sua função, não articulada por ‘classes de idade’ e ligada a uma didática pouco específica e pouco consciente. Com o advento da Modernidade, família e escola sofrem uma profunda renovação. (CAMBI, 1999, p.204).

A FAMÍLIA MODERNA: RESPONSABILIDADE NA INDIVIDUALIZAÇÃO DA INFÂNCIA

Segundo Jacques Gélis (1994), até o século XIX a sociedade estava comprometida com um ideal de linhagem, ou seja, cada indivíduo pertencia não apenas a si próprio, como também às suas gerações passadas e futuras, sendo responsável pela continuação do ciclo dessa linhagem.

Dessa maneira, a individualidade como desejo de “viver a própria vida” estava subjugada aos interesses da família que devia se solidarizar com todo corpo de linhagem.

Nesse sentido, a criança faz parte de toda uma linha de gerações e, portanto, é uma criança pública. Ao mesmo tempo, é também uma criança privada, na medida em que depende dos cuidados essenciais da mãe até o desmame e dos ensinamentos dos pais na primeira infância.

Essa primeira educação visava fortalecer o corpo, os sentidos, formar um indivíduo coletivo e pronto para dar continuidade à família.

Conforme Gélis (1994, p.315), ao final do século XIV surge uma preocupação das elites da cidade em “preservar a vida da

criança”, aumentando durante o século XVII. Enquanto anteriormente a consciência de vida se remetia à perpetuação da linhagem, agora a preocupação em preservá-la revela uma nova imagem que se tem da vida, do homem e seu tempo.

Novos comportamentos familiares se estabelecerão devido ao novo interesse sobre si mesmo e à decadência do compromisso da linhagem. Busca-se preservar a saúde, a vida, a personalidade, pois “meu corpo é meu”, porém perpetua-se a vida pelo nascimento dos filhos. Daí nasce a preocupação dos pais sobre a criança em amá-la como ela é.

Esse novo sentimento da infância que se inicia na cidade do século XV proporciona o surgimento da “família moderna”, nuclear, reduzida ao casal e aos filhos, diminuindo o elo com a ancestralidade.

Cuidados médicos e nutricionais passam a ser adquiridos pela família e a entrega do filho a uma nutriz ocorre com frequência. Um comportamento muito criticado por moralistas liberta a mulher de suas tarefas para que esta possa se inserir na vida social, o que a coloca como simples reprodutora. Porém, há famílias que se dedicam aos filhos e encontram neles motivos de felicidade.

Como consequência dessa nova relação entre pais e filhos, teremos crianças mais espertas, maduras, livres, fato que incentivou a crítica dos moralistas do século XVII, não em relação à educação privada, mas à superproteção e mimo diante dos filhos, que acarretarão numa criança e num adulto de maus hábitos.

É por isso, e também pelo desejo de controlar a sociedade segundo seus interesses, que durante o século XVII a Igreja e o Estado retomarão a educação pública, a qual rapidamente recebe o apoio dos próprios pais que se justificam pela importância dada na educação pela Razão. Além disso, a transmissão de novos conhecimentos pelos professores favorece a ampliação do saber da criança, assim como o individualismo crescente nas relações sociais.

Gélis (1994) aponta que a ocorrência de um sentimento da infância não é resultado apenas de modificações familiares; resul-

ta também de preocupações políticas e religiosas em preservar a infância, sendo estas últimas responsáveis pela criação de modelos de santidade infantil que valorizassem o indivíduo. No entanto, no mesmo período essa representação infantil divina é contrariada pelo ideal de “criança prodígio”, apoiado na criança laica, a qual se desenvolve na vida terrena.

Outro argumento importante refere-se à mudança da indiferença ao interesse pela infância, mudança esta que na realidade não ocorre, mas sim a sobreposição de uma atitude sobre a outra, conforme o momento sócio-histórico.

A ESCOLA MODERNA: INSTRUÇÃO, DISCIPLINA E VALORIZAÇÃO DO TEMPO INFANTIL

A partir do século XV os alunos foram agrupados conforme sua capacidade e esses grupos eram dirigidos por um único mestre num mesmo local. No decorrer deste século, cada grupo passa a ter o seu próprio professor, mas ainda os grupos são mantidos num único local. Aos poucos cada classe com seu respectivo professor passa a ocupar uma sala separada, originando a classe escolar moderna. Philippe Áries (2005) argumenta que esse processo de diferenciação da massa escolar atendeu a uma preocupação nova em construir um ensinamento baseado no nível do aluno, contrariando os métodos medievais de simultaneidade ou de repetição e a pedagogia humanista, que não diferenciavam a criança do adulto e confundiam a instrução escolar – uma preocupação para a vida – com a cultura – uma aquisição da vida. Assim, a separação das classes revelava a conscientização das particularidades da infância ou da juventude e das categorias que existiam dentro destas.

Em relação à composição das classes na Europa durante os séculos XV, XVII e XVIII, esta era por idade. No entanto, a mistura das idades ainda permaneceu até o final do século XVIII, fazendo com que crianças de 10 a 14 anos, adolescentes de 15 a 18 e rapazes de 19 a 25 frequentassem as mesmas classes.

Durante o século XVI e início do século XVII a precocidade da infância era um hábito comum sobrevivente dos costumes medievais escolares, nos quais se misturavam as idades e tratava-se com naturalidade as habilidades precoces infantis. Mais surpreendentes eram os dons, as carreiras brilhantes já que durante certo período a precocidade estava relacionada ao sucesso. No entanto, essa valorização de jovens prodígios perdeu sua força no século XVIII, quando surgiu uma repugnância pela precocidade e uma maior observação das misturas das idades. As crianças pequenas, que já eram eliminadas pela política escolar, começam a ser distinguidas das maiores, por meio de um sentimento novo que fazia nascer a diferenciação entre uma primeira infância mais longa, e a infância escolar.

Portanto, a repugnância pela precocidade infantil proporcionou a diferenciação por meio da escola da camada da infância, se estendendo até cerca de 10 anos.

Philippe Áries (2005) se utiliza da expressão “infância escolar” para se referir ao momento infantil no qual a criança passava a se integrar no ambiente escolar, a partir dos 9-10 anos, idade em que a criança já era considerada capaz o suficiente de frequentar o colégio. Até essa idade, período da primeira infância, o que justificava o retardamento da entrada para o colégio era a fraqueza, a “imbecilidade”, ou a incapacidade das crianças pequenas.

Até o século XV os estudantes não estavam submetidos a uma autoridade disciplinar extracorporativa, a uma hierarquia escolar. O estudante podia morar com sua própria família ou com uma outra família a qual era confiado com um contrato que previa sua frequência numa escola latina. Assim, o menino entrava para uma corporação, mantendo vivo o sentimento de sua comunidade de vida; ou podia seguir um menino mais velho. Em todos esses casos, o estudante pertencia a uma sociedade de camaradagem que regulava seu cotidiano, mais do que a escola e seu professor, já que essa camaradagem, às vezes brutal, era aceita socialmente.

A partir deste mesmo século, a camaradagem entre os estudantes começava a se deteriorar, por meio da oposição de uma opinião influente, aparecendo no final como uma forma de desordem e de anarquia. Com o sistema de camaradagem ausente, a juventude escolar seria organizada por meio de novos princípios de comando e de hierarquia autoritária. Essa evolução se estendeu a toda a sociedade – não somente à infância – tendo o absolutismo monárquico como um de seus aspectos. Porém, na escola, ela proporcionou uma modificação paralela do sentimento da infância.

Desde o século XV, ao mesmo tempo em que lutavam contra os hábitos escolares de solidariedade corporativa, esses homens adeptos da ordem, procuravam difundir uma idéia nova da infância e de sua educação: as crianças não podiam ser abandonadas a uma liberdade sem limites hierárquicos, sendo exigidos uma disciplina maior e princípios mais estritos.

Para Philippe Áries (2005), os mestres-escolas não deviam mais ser os primeiros camaradas da criança. Sua missão não consistia apenas em transmitir conhecimentos, como mais velhos diante de companheiros mais jovens; eles também deviam formar os espíritos, inculcar virtudes, educar tanto quanto instruir. Era um dever também usar sem indulgência culpada de seus poderes de correção e punição, pois isso envolvia a salvação da alma das crianças, pelas quais eles eram responsáveis perante Deus.

No século XVII, moralistas e educadores impuseram seu sentimento de uma infância longa por meio do sucesso das instituições escolares e das práticas de educação que eles disciplinaram. A infância foi prolongada além das primeiras idades com a introdução de uma etapa antecedente a fase adulta, a etapa do colégio. Assim, no século XIX e já no fim do XVIII, a adolescência se distinguiu através da conscrição, e posteriormente, do serviço militar.

No entanto, essa função demográfica da escola não surgiu rapidamente como uma necessidade, mas a escola permaneceu por

muito tempo indiferente à separação e à diferenciação das idades, já que seu objetivo era a instrução dos clérigos, e não a educação da infância. Até que no século XVIII os educadores condenassem a manutenção de alunos mais velhos no colégio, sendo que essa prática realmente desapareceria no século XIX.

Os inovadores que findaram com a indiferença da escola pela formação infantil foram os jesuítas, os oratorianos e os jansenistas do século XVII, fazendo surgir a particularidade infantil, o conhecimento da psicologia infantil e a preocupação com os métodos de ensino.

Porém, para as crianças que não passavam pelo colégio, a infância não era prolongada, ou seja, os hábitos de precocidade e da infância curta persistiam, o que acontecia também com as mulheres, as quais até o século XIX permaneceram fora da instituição escolar.

A partir do século XV e, sobretudo nos séculos XVI e XVII, apesar da indiferença à idade, o colégio iria se dedicar à formação da juventude, necessitando agora de uma disciplina constante, de origem religiosa, diferente de uma violência de uma autoridade mal respeitada, e que difere também a escola medieval da escola moderna. Essa disciplina alcançaria as famílias, impondo-as a um respeito pelo ciclo escolar integral. Assim, a escolaridade atingiria apenas crianças e jovens, sendo relativamente longa – no fim do século XVIII, semelhante ao século XIX, o ciclo escolar era de 4 a 5 anos, no mínimo, sendo a infância prolongada por todo esse período.

Até o século XVIII, a população escolarizada não se referia a certas classes sociais. Nobres podiam não frequentar a escola, enquanto camponeses o faziam, por exemplo. Porém, a partir de então, a escola única foi substituída por um sistema de ensino duplo, no qual o colégio ou o liceu era para os burgueses (o secundário) e a escola para o povo (o primário). O primário, que era um ensino curto, logo foi prolongado, e a condição social já não era impedimento para os estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que a capacidade de aprendizagem de uma criança e de um adulto se difere, já que o processo de aquisição de conhecimento acompanha o crescimento do indivíduo e a sua consequente evolução intelectual.

Portanto, diferentemente do modo como era o ensinamento no período medieval, é necessária a diferenciação entre as idades dos alunos, de maneira que métodos, conteúdos e estruturas específicos sejam organizados para a educação infantil, juvenil e adulta, objetivando o desenvolvimento da criatividade, do raciocínio e da compreensão da realidade.

Sobre os colégios, estes nos séculos XV e XVI passam a recrutar não apenas clérigos letrados, como também leigos, nobres, burgueses e camadas populares. O colégio se transformava numa instituição social indispensável, instruindo a sociedade desse período com professores apropriados, disciplina e classes numerosas, e reunindo estudantes de aproximadamente 8 a 15 anos, guiados por leis divergentes das leis adultas.

Até o final do século XIX as classes não eram homogêneas demograficamente, não se preocupando em constituir classes com alunos de mesma idade, mas de capacidades semelhantes.

A partir de então, percebendo que muitas vezes as idades coincidem com as classes, já que a idade e o desenvolvimento estão relacionados, e analisando o significado das mínimas diferenças entre as idades de crianças e de jovens por meio de longas tentativas, houve a necessidade de modificar conceitos tanto em relação à divisão do trabalho, quanto à separação das idades.

Podemos observar também, por meio da análise do livro de Ariès (2005), que até o final do século XVIII ainda não havia a consciência das diferenças que poderiam existir entre crianças de 10 a 14 anos, adolescentes de 15 a 18 e jovens de 19 a 25, diferenças que, podendo ser pequenas, eram as marcas de um desenvolvimento específico de cada idade.

A separação de uma segunda infância da adolescência, no século XIX, ocorrerá devido à formação, a partir de então, de classes homogêneas, com alunos da mesma idade. A percepção da necessidade em separar as classes por idade favoreceu a melhora na qualidade de ensino, possibilitando ao professor a organização e a formulação das aulas de acordo com a potencialidade de cada classe.

A noção da fraqueza da infância e o sentimento da responsabilidade moral dos mestres vão surgindo ao mesmo tempo no século XV. Assim, um novo sistema disciplinar é instaurado, caracterizado pela vigilância constante, a delação erigida em princípio de governo e em instituição, e a aplicação de castigos corporais.

Notamos que o sentimento da infância se expressou fortemente na sociedade burguesa e que ainda hoje as camadas populares participam menos tempo da escola. O trabalho infantil na indústria têxtil do século XIX conservou a precocidade medieval da mudança para a idade adulta. E, como cita o Ariès (2005, p.129): “Toda a complexidade da vida foi modificada pelas diferenças do tratamento escolar da criança burguesa e da criança do povo.”

Observamos que a Modernidade é um período de ambiguidade, com o desejo de libertação ao lado da dominação social, um período caracterizado como um processo “problemático e aberto”, segundo Franco Cambi (1999).

Tanto em nações democráticas quanto em totalitárias, essas formas de dominação social serão postas em prática. Porém, ao mesmo tempo serão fermento para o surgimento nos indivíduos de uma consciência do seu caráter repressivo e da tentativa de garantir a liberdade.

Na Idade Moderna, temos o sentimento da infância como resultado de grandes modificações de ordens social, política, religiosa: à família de linhagem sucede a família nuclear; passa-se de uma educação pública – no sentido de coletividade – e privada – desenhada pelos pais –, a uma educação pública escolar apoiada pela Igreja e pelo Estado, favorecendo o desenvolvimento infantil e o individualismo; a presença dos filhos, não como perpetuadores de

gerações, mas no desejo de “amá-los e ser amado por eles” (GÉLIS, 1994, p.328).

AGRADECIMENTOS

Agradeço, com grande satisfação, ao Prof. Dr. Carlos Monarcha que, por meio de seu elevado conhecimento acadêmico na área de História da Educação, ofereceu-nos em suas aulas a oportunidade de compreendermos os processos históricos de construção da educação brasileira e de aprendermos muitos elementos necessários à produção científica, tornando possível a realização desse trabalho.

Agradeço também minha família e amigos pelo incentivo e pela confiança diante da minha formação como pedagoga, por acreditarem junto comigo numa educação que poderá, através de muito trabalho, transformar a sociedade.

FROM THE MIDDLE AGES TO THE MODERN AGE: AN OVERVIEW OF SOCIAL HISTORY AND EDUCATION OF CHILDREN

ABSTRACT: *This work will focus on the social history and on the education of children in the Middle Age and Modern Age. In its chapters it will be addressed the major aspects of educational development in these periods, school life, the birth of the schools, the emergence of school classes and their composition, the advancement of the discipline in these institutions, the family's role in the individualization of the child and the school in the process of childhood's formation and duration. In view of modernity as an unfinished stage of breaking with the medieval customs and values, but also characterized by the contradiction between the new ideals of freedom and an overbearing government, the main objective of this work is to present the consequences of these changes on education, particularly in the education of children. For this, it will be pointed*

out the central arguments of writers such as Franco Cambi (1999), Jacques Gélis (1994) and Philippe Ariès (2005), which have studied these issues.

KEYWORDS: *Education. Education of children. Middle Age. Modern Age. Social history of the child.*

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2.ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2005.

CAMBI, F. **História da pedagogia**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999.

GÉLIS, J. A individualização da criança. In: ARIÈS, P.; DUBY, G. **História da vida privada**: da renascença ao século das luzes. São Paulo: Cia das Letras, 1994. v.3, p.311-330.